

Sinopse Econômica

AP/DEPEC/GESTE 2 - Fax: (021) 220-1397

Endereço na Internet - http://www.bndes.gov.br/sinopse/sineco.htm
Equipe Técnica: Fabio Giambiagi, Ana Cláudia Além, Joana Gostkorzewicz (PNUD).
Apoio: Felipe Tâmega Fernandes.

Setembro98 nº68 Fechamento da Edição: 05/10/98

◆1-Política Econômica

A agenda fiscal

Passada a turbulência provocada pela perda de reservas ocorrida desde meados de agosto e depois das medidas emergenciais adotadas pelo governo para preservar o plano Real, a agenda fiscal do país pode ser decomposta em três grandes conjuntos de providências:

*Agenda imediata;

*Aperfeiçoamento da qualidade da informação;

*Agenda de reformas.

A <u>agenda imediata</u> envolve as medidas que é essencial que sejam aprovadas em regime de urgência urgentíssima pelo Congresso e/ou anunciadas pelo Governo, para vigorar em 1999, como forma de transmitir aos agentes econômicos segurança acerca da efetiva realização de um ajuste para o ano que se aproxima. Isso inclui:

i)aprovação em definitivo da reforma da Previdência Social;

ii)aprovação da legislação complementar referente à reforma administrativa, sem a qual esta se revelará inócua;

iii)aprovação da prorrogação da CPMF para

1999 e o ano 2000;

iv)aprovação do orçamento definitivo de 1999, incluindo: a) parâmetros realistas - isto é, muito baixos - de crescimento do PIB e de inflação, como forma de ter uma estimação precisa da receita; b) revisão da despesa de juros, incluindo os efeitos do aumento previsto no novo cenário externo, vis a vis o esperado antes da crise associada à moratória russa; e c) o anúncio de eventuais cortes adicionais aos previstos para as "outras despesas de custeio e capital" (OCC), conseqüência natural da combinação da necessidade de diminuir o déficit, com a queda da receita esperada e o aumento da despesa de juros.

O aperfeiçoamento da qualidade da informação está associado à importância de convencer os analistas de que a estratégia de redução gradual do déficit público é viável. Isso implica, de um lado, melhorar a agilidade da informação estatística referente aos dados observados e apresentar com maiores detalhes as previsões oficiais acerca do cenário fiscal previsto para 1999 e os anos seguintes. Em relação ao primeiro ponto, é rigorosamente essencial mostrar que as medidas anunciadas pelo governo em setembro já estão se mostrando eficazes. Isso, porém, esbarrava até agora na defasagem verificada entre o fato e a sua divulgação. Nesse sentido, é promissora a circunstância de que o governo tenha voltado a divulgar os dados do Tesouro com menos de um mês de defasagem. Seria desejável, em tese, que a divulgação dos dados fiscais voltasse a ser feita com a mesma agilidade que já chegou a ser

atingida no passado, quando, no início dos anos 90, a execução financeira do Tesouro Nacional era divulgada no início do mês seguinte e os dados das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) eram conhecidos em torno de 45 dias depois do fechamento do mês - ao invés de 70, como atualmente. Em relação ao cenário previsto, alguns fatos poderiam melhorar a percepção dos analistas acerca das perspectivas, por exemplo:

i) a repetição, por parte do Banco Central, do exercício de previsão para os juros e o resultado primário, de cada uma das três esferas de governo, de forma similar ao exercício que foi feito em meados de setembro, mas que ficou invalidado pelo segundo movimento de alta dos

juros:

ii)a explicitação, através da apresentação desagregada dos dados "acima da linha", do resultado das principais rubricas das contas do governo central, em 1998 e 1999, para mostrar a viabilidade do ajustamento proposto; é crucial, nesse sentido, que, ao invés de comparar o que se pretendia gastar conforme o orçamento inicial, com o resultado da sua revisão, se compare o gasto previsto para 1999, com o de 1998, para exibir claramente o resultado dos cortes; e

iii)a explicação de forma detalhada de como será atingida a meta de déficit público de 3,0 a 3,5% do PIB, que se pretende atingir até o ano 2001, em um contexto no qual as receitas extraordinárias do FEF, da venda de concessões

e da CPMF terão se esgotado.

Finalmente, no que diz respeito à agenda de longo prazo, espera-se que, nos próximos meses, o governo explicite a sua proposta de nova reforma da Previdência Social e de reforma tributária. Embora nenhuma delas permita reduzir o déficit a curto prazo, ambas serão sinalizadores da continuidade do esforço de modernização do país, a primeira para evitar uma deterioração futura do quadro fiscal, resultante do aumento do número de aposentados; e a segunda, para dar maior competitividade às exportações, através da desoneração dos impostos "em cascata". Dada a relevância dos interesses envolvidos, tais reformas, porém, dificilmente serão aprovadas até o final do ano, até mesmo porque não se relacionam com o ajuste imediato das contas públicas.

A ação combinada nesses três frentes - ajuste fiscal imediato, qualidade da informação e reformas de longo prazo - deverá permitir uma queda das taxas de juros, provavelmente até um nível da ordem de 25% no início de 1999 - que corresponde a algo como 12% de risco-país, combinado com 5% de juros externos e 7% de desvalorização -, com queda das taxas para o nível de 20% durante o ano, à medida que o risco-país for cedendo.

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade: O IBGE divulga o PIB de 1997.....2

◆3 - Inflação:

Taxa acumulada em 12 meses permanece em queda......3

◆4 - Finanças Públicas: As novas medidas de controle fiscal......4

◆5 -Mercado Financeiro: FED reduz juros......5

♦7 - Operações do BNDES e da FINAME.....

◆2 - Nível de Atividade

O IBGE divulga o PIB de 1997

Segundo o IBGE, em 1997 o PIB brasileiro atingiu R\$ 866,68 bilhões (US\$ 804,08 bilhões, com base no câmbio comercial médio de 1997 de R\$ 1,078), o que representou um crescimento real de 3,7% ante 1996.

Com este resultado, o PIB per capita atingiu o patamar recorde de R\$ 5058,24 (U\$ 5037,13).

Por setores de atividade, o setor industrial com participação de 35,23% no PIB total - liderou o crescimento do PIB em 1997, apresentando um crescimento de 5,52% - com destaque para a produção de automóveis. A agropecuária, por sua vez, com uma participação no PIB de 8,09%, cresceu 2,69%. Finalmente, o setor de serviços, com uma participação de 62,52% no PIB, registrou um crescimento de 1.24%.

Indicadores apontam para uma redução do nível de atividade em julho

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou uma redução de 0,5% em julho - taxa

dessazonalizada -, ante junho – ver Tabela 2.1. No período janeiro/julho houve também uma queda acumulada de 0,5%, ante igual período do ano anterior. O destaque de crescimento continua sendo a produção física de bens de capital que cresceu 6,0% no acumulado

GRÁFICO 2.1 PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - IBGE Com ajuste sazonal - 1991=100

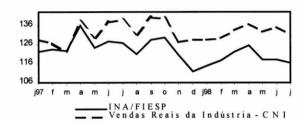


TABELA 2.1 ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL **COM AJUSTE SAZONAL**

		Base 1991=10
Mês	1997	1998
Janeiro	118,2	116,1
Fevereiro	118,6	117,2
M arço	117,4	118,8
A b ril	121,3	117,6
M aio	118,5	122,0
Junho	122,2	120,1
Julho	119,7	119,5
Agosto	121,7	
Setembro	123,3	
Outubro	123,9	
Novembro	118,8	
Dezembro	114,0	
M édia	119,8	118,8

Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.2 INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE ÍNDICES DESSAZONALIZADOS **BASE JUNHO DE 1994 = 100**



janeiro/julho, contra igual período do ano de 1997 – ver Gráfico 2.1. Em julho, a produção física de bens de capital apresentou um crescimento de 1,0% - taxa dessazonalizada -, ante junho.

O INA da FIESP, por sua vez, apontou para uma redução dessazonalizada de 1,5% em julho, contra junho. A CNI, por sua vez, registrou uma redução de 3,1% - taxa dessazonalizada - das vendas reais da indústria em julho, ante junho - ver Gráfico 2.2.

FCESP aponta para um crescimento das vendas em agosto

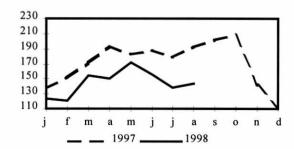
Segundo dados da FCESP, o faturamento real do comércio varejista de São Paulo registrou um crescimento dessazonalizado de 1,9% em agosto, contra julho. O crescimento foi liderado pela expansão de 9,0% do faturamento real do setor de bens de consumoduráveis.

Segundo a ANFAVEA, a produção de autoveículos continua em queda

A produção de autoveículos continua apresentando queda no ano de 1998 - ver Gráfico 2.3. Segundo a ANFAVEA, no acumulado janeiro/agosto a produção de autoveículos apresentou uma redução de 17,1%, contra igual período do ano anterior.

Este resultado reflete, em grande medida, o comportamento das vendas de autoveículos no varejo: segunda a FCESP o faturamento real das concessionárias de veículos acumulou uma queda de 26,6% até agosto, ante mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO2.3 PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS-ANFAVEA **EM MIL UNIDADES**



◆3 - Inflação

Taxa de inflação acumulada em 12 meses permanece em queda

A taxa de inflação cumulada em 12 meses — medida pela média do IPC-FIPE, IGP-DI e INPC — permaneceu, no mês de agosto, na sua trajetória de queda, passando de uma taxa de variação positiva de 2,88%, em julho, para 2,59% - ver Gráfico 3.1. Esta desaceleração da taxa média de crescimento dos preços, acumulada em 12 meses, em agosto, decorreu de um melhor desempenho desses três índices de variação de precos — ver Tabela 3.1.

O IPA-Indústria, acumulado em 12 meses, registrou, no mês de agosto, uma taxa de variação de preços de 1,00% frente aos 1,27% registrados no mês de julho. Este fato decorreu, basicamente de dois fatores: i) queda das vendas de eletrodomésticos e bens de capital em função do menor ritmo de atividade econômica; e ii) redução dos preços de combustíveis e derivados de petróleo.

No tocante aos preços agrícolas, o IPA registrou uma alta da taxa acumulada em 12 meses, passando de uma taxa de variação positiva de 7,36%, em julho, para uma taxa de 8,27% no mês de agosto. Este aumento dos preços agrícolas, sinalizado pelo IPA, decorreu, principalmente, da alta sazonal dos preços de alguns produtos como legumes, frutas, cereais e carne bovina.

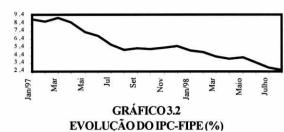
O IGP-M em setembro

O IGP-M, em setembro, registrou uma desaceleração do seu movimento de queda de preços, passando de uma taxa de deflação de 0,16%, em agosto, para uma taxa de variação negativa de 0,08%. O IPA-Me INCC-M registraram, em setembro, uma taxa de inflação de 0,07% e 0,09%, respectivamente. Já o IPC-M registrou uma taxa de deflação de 0,40%.

TABELA 3.1 VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES

	İndi	ces de pre	Em
M ês	IGP-DI	INPC	FIPE
Jan / 97	9,11	8,42	9,40
Fev	8,75	8,14	8,98
M ar	9,77	8,56	8,96
A br	9,65	8,20	7,91
M a i	8,16	6,95	7,07
Jun	7,60	5,92	7,08
Jul	6,54	4,85	5,81
Ago	6,49	4,30	4,65
Set	6,98	4,38	4,59
Out	7,11	4,29	4,21
Nov	7,70	4,09	4,41
Dez	7,49	4,34	4,83
Jan/98	6,75	4,38	3,80
Fev	6,33	4,48	3,62
M ar	5,35	4,28	3,17
A br	4,60	4,12	3,15
M aio	4,52	4,76	3,12
Jun h o	4,09	4,55	1,87
Julh o	3,60	4,07	0,97
Agosto	3,46	3,59	0,74

GRÁFICO 3.1 MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES DE IPC-FIPE, INPC E IGP-DI (%)



OIPC-FIPE

O índice de preços ao consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissemana de setembro, uma taxa de deflação de 0,73%. O subgrupo vestuário, na terceira semana de setembro, acentuou a sua trajetória de queda, registrando uma taxa de variação de preços negativa de 4,38%. Em igual período de 1997, este subgrupo registrou uma taxa de deflação de 2,14%. Já o item alimentação continuou apresentando uma desaceleração da taxa de crescimento de seus preços registrando, na terceira semana de setembro, uma taxa de deflação de 0,31% - ver Gráfico 3.2. No mês de agosto, o IPC-FIPE registrou uma taxa de variação de preços negativa de 1,0%. No acumulado em 12 meses, o IPC-FIPE registrou, em agosto, uma taxa de inflação de apenas 0,73%.

Vale destacar que desde o mês de julho, o IPC-FIPE vem registrando taxas de variação de preços negativas, o que reflete a queda nas vendas e a conseqüente desova de estoques - uma vez que o custo de manutenção das mercadorias é bastante elevado, ainda mais enfatizado pela perspectiva de um fraco ritmo de vendas. Porém, estas deflações consecutivas não refletem, no momento, um processo recessivo mas, sim, uma estagnação da atividade econômica que é resultante da combinação de elevadas taxas de juros com um alto nível de desemprego.

A partir do mês de setembro, entretanto, o IPC-FIPE deve registrar taxas de variação de preços crescentes em decorrência das altas sazonais de vestuário—com o lançamento da coleção primavera-verão—e de alguns produtos agrícolas—o que deve ser compensado, em parte, pela continuidade da tendência de queda das *commodities* no mercado internacional.

De acordo com a FIPE, se o mês de setembro registrar uma taxa de deflação de 0,5%, é possível que a taxa de variação de preços ao consumidor em 1998 seja de 0%, o que implicaria uma taxa de inflação acumulada de 1,1% no último trimestre do ano.

◆4 - Finanças Públicas

As novas medidas de ajuste fiscal

Em 08/09/1990 foram editados o Decreto nº 2.773 e a Medida Provisória nº 1.716 que estabelecem as novas medidas a serem adotadas pelo Governo com o objetivo de um major controle sobre suas contas. Dentre as principais medidas, destaca-se a criação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal para acompanhar e viabilizar a obtenção das metas fiscais determinadas para cada exercício.

A partir da criação deste novo aparato institucional o Governo assumiu um compromisso legal de obtenção de superávits primários de no mínimo R\$5 bilhões e R\$ 8,7 bilhões, para 1998 e 1999, respectivamente. Para atingir as metas fiscais definidas, destacou-se o corte de R\$ 4,0 bilhões da dotação orçamentária das Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC) do Poder Executivo no exercício de 1998. Na prática, isto significou um corte total da ordem de R\$9,5 bilhões para o exercício de 1998, já que um decreto anterior, o de nº 2.451 — editado no âmbito das medidas de ajuste fiscal de novembro de 1997, e confirmado pelo Decreto no 2.634 de 24/06/98 – já havia reduzido em R\$ 5,5 bilhões as dotações orçamentárias do OCC do Executivo. Além disso, ficaram indisponíveis para movimentação e empenho 20% das dotações do OCC do Executivo—percentual incidente sobre a nova dotação após os cortes descritos acima -, Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União, cuja liberação, parcial ou integral dependerá da comprovação do cumprimento do resultado primário estabelecido. A ênfase dada ao OCC no conjunto de medidas de ajuste explica-se pelo fato deste ser o único item de despesa sobre o qual o poder discricionário do Governo pode ser exercido de forma mais ampla, já que a maioria das outras rubricas de gastos estão sujeitas a direitos adquiridos e restrições legais.

Importante também, foi a exigência de que o Poder Executivo apresente até o dia 15/11/98, um Programa de Ajuste Fiscal para o triênio 1999/2001, que deverá promover superávits primários crescentes a cada ano, a fim de estabilizar a relação entre a dívida líquida do setor público consolidado e o PIB. O Executivo também terá que elaborar e publicar um cronograma anual de cotas bimestrais de valores liberados para movimentação, empenho e desembolso financeiro do OCC, que poderá ser corrigido periodicamente a fim de garantir o cumprimento das metas fiscais.

Déficit nominal do setor público atinge 7,27% do PIB no acumulado no ano

Até junho de 1998, o déficit público nominal acumulado no ano como proporção do PIB foi de 7,27% do PIB, ante os 3,85% do PIB de janeiro/junho de 1997, e os 6,10% do PIB acumulados em 1997 - Tabela 4.1.

No ano de 1998 o déficit tem sido

TABELA 4.1 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1)

Acumulado no ano						
	Primário	Juros Nominais	Nominal			
jan/jun97	-1,28	5,13	3,85			
1997	0,92	5,18	6,10			
jan/mai98	-0,91	7,37	6,46			
jan/jun98	-0.12	7.39	7.27			

Fonte: Banco Central do Brasil. Nota: (1) (-) = superávit

TABELA 4.2 **TESOURO NACIONAL** RECEITAS E DESPESAS-ACUMULADO NO ANO

Em RS	milhoes c	ie agosto	de 1998
		Jan-ago	
	1997	1998	Var%
Receita Total do Tesouro	78.019	95.628	22,6
Despesas	79.685	95.352	19,7
Pessoal e Encargos Sociais	28.877	32.044	11,0
Transf. Estados e Municípios	16.426	19.746	20,2
Despesas Financeiras	11.197	16.140	44,1
Outras Vinculações	4.753	5.566	17,1
Despesas de Orçamento e Crédito	1.884	1.490	-20,9
Outras Despesas	16.547	20.364	23,1
Total das Despesas (excl. Fin.)	68.488	79.212	15,7
Resultado			
Caixa	-1.666	276	-116,6
Primário	9.531	16.416	72,2

Fonte: STN.

pressionado, principalmente, pelo aumento do pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública, que atingiu 7,39% do PIB no acumulado janeiro/junho de 1998, ante os 5,18% do PIB em todo o ano de 1997.

Execução Financeira do Tesouro no acumulado janeiro/agosto de 1998

Dados disponíveis até agosto de 1998 da execução financeira do Tesouro apontam para um cresci-mento real de 22,6% da receita no acumulado no ano, contra igual período do ano anterior – ver Tabela 4.2 Do lado das despesas, houve um crescimento real de 19,7% no acumulado janeiro/agosto de 1998, ante igual período de 1997. Este crescimento foi liderado pelo aumento das despesas financeiras, com variação real de 44% no período.

Dívida líquida do setor público atinge 34% do PIB

A dívida líquida do setor público—excluindo base monetária – foi de 34% do PIB em junho de 1998, ante os 31% do PIB observados em dezembro de 1997 – ver Tabela 4.3.

TABELA 4.3 DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - fim de período

Composição	1994	1995	1996	1997	1998 (Jun)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,4	31,8
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,1	17,6
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,1	32,5
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-6,8
Renegociação c/ Estados /b	0,0	0,0	0,0	-5,6	-7,5
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-2,8
Demais contas	-2,0	-1,1	1,6	1,0	2,2
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,4	13,0
Renegociação c/ Estados /b	0,0	0,0	0,0	5,5	7,4
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	3,3
Dívida bancária	4,5	4,8	4,9	2,6	2,3
Demais contas	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	2,2
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	-0,3
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,9
Dívida total	26,0	27,3	30,9	30,7	34,0
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,0	17,3
Gov.estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	12,9	13,6
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	3,1
Dívida total	26,0	27,3	30,9	30,7	34,0
Dívida fiscal	26,0	27,3	29,0	30,6	33,3
Ajuste patrimonial	0,0	0,0	1,9	0,1	0,7
Privatização	0,0	0,0	-0,1	-2,0	-2,4
Outros	0,0	0,0	2,0	2,1	3,1

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária

◆5 - Mercado Financeiro

O aumento da taxa de juros

Com o agravamento da crise financeira internacional, a confiança nos países emergentes foi severamente abalada, intensificando, assim, o expressivo fluxo de saída de divisas do país. Porém, mesmo diante dessa situação, o governo deu continuidade a sua política de redução gradativa das taxas de juros realipontica de Teclução gradativa das taxas de Idros reali-zando, no dia 2 de setembro, um corte na TBC (Taxa Básica do Banco Central) de 19,75% ao ano para 19,0%. Por outro lado, ele promoveu uma aumento da TBAN (Taxa Básica de Assistência Financeira), passando-a de uma taxa de 25,75% ao ano para

Porém, este aumento dos juros não foi suficiente para acalmar os ânimos do mercado, que considerou esta alta bem como o anúncio de um pacote fiscal – sem que as reformas previdenciária e fiscal ti-vessem sido aproyadas - insuficientes para estancar o forte fluxo de saída de divisas do país e evitar uma possível crise cambial, que poderia levar a uma desvalorização, caso houvesse uma aceleração desse movimento de "fuga" de recursos.

Em uma reunião extraordinária do Copom, o governo promoveu um novo aumento da TBAN, passando-a para 49,75%, o que teve um impacto positivo sobre as expectativas do mercado — ver Gráfico 5.1. Dessa maneira, o mercado deixou de acompa-nhar a evolução da TBC e a TBAN passou a ser a

principal sinalizadora para o mesmo. A disposição do Banço Mundial e do FMI em conceder um pacote preventivo de ajuda financeira ao Brasil – mesmo que a ação coordenada dos G-7 não se concretize -, caso o país venha a precisar diante de um possível agravamento da crise financeira internacional, também ajudou, em parte, a diminuir o nervosismo do mercado. Um outro fator amenizador foi o anúncio do

governo de priorizar as reformas fiscal e previdenciária.

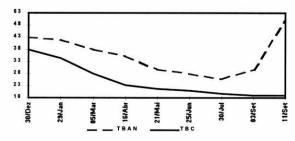
Apésar de todos esses fatores, às cotações do mercado futuro de juros registram, nos últimos dias, uma ligeira trajetória de alta – ver Gráfico 5.2. Este movimento decorreu do fato do Banco Central ter promovido um ligeiro aumento da taxa over – revertendo a expectativa do mercado de uma redução gradado de constante de con dual dos juros — motivado pela permanência do fluxo de saída de divisas do país.

No mercado futuro as taxas de juros DI. anualizadas, projetadas para outubro, novembro e dezembro no dia 30/09, eram de 34,33%, 37,99% e

35,33%, respectivamente.

O fato de uma possível intensificação das turbulências internacionais ainda não poder sér descartada combinada com a continuidade de um expressivo fluxo de saída de divisas, apesar de a um ritmo menor, pode postergar uma redução mais expressiva das ta-xas de juros, o que é enfatizado pela necessidade de atrair capitais externos de curto-prazo - que, por sua vez, exigição ganhos elevados frente ao aumento do risco Brasil -, para ajudar a recompor as reservas cambiais do país.

GRÁFICO5.1 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS



O cupom cambial líquido ex-post anualizado passou de 1,17%, no mês de agosto, para 22,96% em setembro. Nos últimos 12 meses, o cupom cambial líquido *ex-post*, neste mesmo período de comparação, passou de 13,77% para 14,71% - ver Tabela 5.1.

A desvalorização nominal do câmbio, em setembro, foi de 0,74% frente aos 1,16% registrados

em agosto.

FED reduz juros

O FED (Banco Central norte-americano) realizou uma redução dos juros de 5,50% ao ano para 5,25% ao ano. Este corte dos juros tem o intuito de, internamente, manter a inflação em baixa e conter a desaceleração da taxa de crescimento da economia e, externamente, realizar um certo amortecimento dos efeitos da crise financeira internacional sobre os mer-cados emergentes. Porém, esta redução de 0,25 pon-to percentual foi recebida com uma certa "indiferença" pelo mercado que esperava um corte de 0,5 ponto percentual

Dessa maneira, a redução dos juros norteamericanos não foi suficiente para impulsionar uma recuperação significativa das perdas das Bolsas de Valores brasileiras, o que poderá acontecer com a apro-vação das reformas fiscal e previdenciária em um futu-

O IBOVESPA teve, no mês de setembro, uma rentabilidade nominal de 1,9%, o que implicou em uma desvalorização nominal acumulada no ano de 35,3%.

GRÁFICO 5.2 EVOLUÇÃO DO MERCADO FUTURO DE JUROS

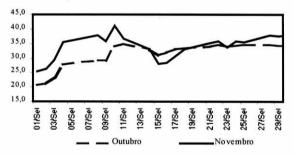


TABELA 5.1 CUPOM CAMBIAL LÍQUIDO EM US\$(1)

about the same to		*	Em %
M eses	M ensal	M ensal	U ltim os
		A nualizado	12 meses
ju n /9 7	0,87	11,01	11,44
ju l	0,77	9,58	11,28
ago	0,59	7,28	10,71
s e t	0,91	11,45	10,43
o u t	0,80	9,98	10,24
nov	1,97	26,38	11,32
dez	1,80	23,94	12,29
jan 98	1,61	21,11	13,17
fev	1,20	15,43	13,51
m ar	1,24	15,97	14,18
abr	0,84	10,54	14,01
m a i	0,84	10,57	14,29
ju n	0,80	9,98	14,20
ju l	0,88	11,09	14,33
ago	0,10	1,17	13,77
s e t	1,74	22,96	14,71

Nota: (1) Comparação da taxa SELIC com a variação cambial. Até agosto de 1998, desconta Imposto de Renda de 15%. A partir de setembro de 1998, isenção do Imposto de

◆6 - Setor Externo

A recuperação das exportações no mês de setembro

As exportações brasileiras, na quarta semana de setembro, totalizaram US\$ 978 milhões, o que significou uma média diária de US\$195,6 milhões 13,3% inferior ao resultado da semana anterior.

Já as importações totalizaram, na quarta se-mana de setembro, US\$ 1230 milhões, o que correspondeu a uma média diária de US\$ 246 milhões – 8,2% abaixo da média registrada na semana anterior.

Este comportamento das exportações e importações brasileiras, na quarta semana de setembro, originou, por sua vez, um déficit comercial, na semana, de US\$ 252 milhões. No acumulado do mês, até odia 25 (inclusive), a Balança Comercial registrou um saldo negativo de US\$ 532 milhões — o que correspondeu a um total das exportações e importações de US\$ 4017 milhões e US\$ 4549 milhões,

respectivamente.

Vale a pena destacar a recuperação de desempenho das exportações, no mês de setembro, em relação ao mês imediatamente anterior. O resultado da média diária mensal das vendas externas brasileiras, no mês de agosto, ficou bem aquém do registrado em igual mês do ano passado, passando de US\$ 241,6 milhões para US\$ 189,8 milhões. Já no comparativo setembro 98/setembro 97, as vendas externas brasileiras apresentaram um maior dinamismo, passando de uma média diária mensal de US\$ 208,5 milhões para uma média, até o dia 25 (inclusive), de US\$223,2 milhões.

Mas, é importante relativizar, em parte, esta aceleração da taxa de crescimento das exportações do país, no mês de setembro, devido à paralisação, no mês de agosto, dos portuários e fiscais da Receita Federal que, por sua vez, impediu o registro de um expressivo volume de operações. Dessa maneira, os valores que não foram registrados no mês de agosto estão "engordando" o resultado do mês de setembro. Por outro lado, as importações registraram uma

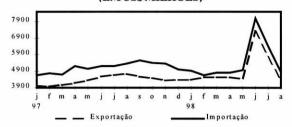
piora de comportamento gradativa ao longo do mês de setembro, passando de uma média diária mensal de US\$ 220,4 milhões, em agosto, para US\$ 252,7 milhões em setembro até o dia 25 (inclusive). Vale lembrar que o resultado do mês de setembro desse ano, até o dia 25 (inclusive), ainda é ligeiramente inferior ao de igual mês de 1997 (US\$ 257,2 milhões).

Diante desse comportamento das compras éxternas do país, o governo adotou, recentemente, uma série de medidas para conter a aceleração da taxa de crescimento das mesmas: i) maior rigór nas normas técnicas e agilidade nos processos de defesa da concorrência; e ii) cancelamento do beneficio de redução da alíquota de importação de 63 máquinas e equipamentos. Vale destacar que até 1997 a lista dos chamados "ex-tarifários" era composta por 4 mil itens,

TABELA 6.1 EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

Itens	Em Jan-A	Var.%	
	1998	1997	
Básicos	9.172	10.660	-14,0
Industrializados	25.284	23.882	5,9
Semimanufaturados	5.484	5.516	-0,6
M anufaturados	19.800	18.366	7,8
Ops. Especiais	468	556	-15,8
Total	34.924	35.098	-0,5

GRÁFICO 6.1 IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES FÍSICAS DESSAZONALIZADAS-MÉDIA MÓVEL TRIMESTRAL (EM US\$ MILHÕES)



totalizando, agora, 603 itens.

Por último, frente ao agravamento da crise financeira internacional o governo realizou uma revisão das suas projeções iniciais de crescimento das expor-tações para 1998, passando-as de 11% para uma taxa entre 5 e 6%.

O desempenho comercial no mês de agosto

A Balança Comercial, no mês de agosto, registrou um déficit comercial de US\$ 643 milhões, o que correspondeu a um total das exportações e importações de US\$ 3985 milhões e US\$ 4628 milhões, respectivamente.

No tocante aos valores dessazonalizados, as exportações e importações brasileiras totalizaram, respectivamente, US\$ 3545 milhões e US\$ 4429 milhões, o que originou um déficit comercial de US\$ 883 mi-

-ver Gráfico 6.1. No acumulado do ano, até o mês de agosto, as vendas externas brasileiras registraram queda de 0,5% em relação à igual período do ano passado — ver Tabela 6.1. As exportações de manufaturados, neste mesmo período de comparação, registraram uma expressiva intensificação da sua trajetória de desaceleração da taxa de crescimento, passando de uma taxa de 12,6%, em julho, para 7,8% em agosto. Já as exportações de básicos, neste mesmo período de comparação, passaram de uma taxa de variação negativa de 12,8% para 14,0%. Esta intensificação da queda das exportações do item básicos pode ser explicada, em parte, pelo fato de agosto/97 constituir uma base forte de comparação em decorrência do aumento expressivo, ocorrido naquela época, dos preços das principais commodities da pauta de exportação do país.

Como já foi citado anteriormente, o comportamento das exportações em agosto não retrata o de-

sempenho normal desse mês em questão.

Já as importações, no acumulado do ano até o mês de agosto êm comparação com o mesmo período de 1997, registraram queda de 4,7%, com destaque para os segmentos de bens de consumo duráveis (exceto automóveis) (-27,0%) e combustíveis e lubrificantes (-20,5%) – ver Tabela 6.2.

TABELA 6.2 IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

	Em US	S milhõ	es FOE
Itens	Jan-		Var.%
	1998	1997	i
M at. primas e b. intermediários	17.924	18.139	-1,2
Combustiveis e lubrificantes	3.006	3.782	-20,5
Bens de capital	10.022	10.303	-2,7
Bens de consumo	6974	7582	-8,0
Não-duráveis	3.599	3.681	-2,2
Automóveis	1733	1.652	4,9
O utros duráveis	1642	2.249	-27,0
Total	37.926	39.806	-4,7

Fonte: Receita Federal.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou um crescimento real de 66% no acumulado em 12 meses até agosto de 1998 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma expansão real de 83% no acumulado em 12 meses até agosto de 1998.

O valor das aprovações do BNDES cresceu 39% em termos reais no acumulado em 12 meses até agosto de 1998. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou um crescimento real de 88% no acumulado em 12 meses até agosto de 1998 - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou um crescimento real de 64% no acumulado 12 meses até agosto de 1998. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de apenas 1% no acumulado 12 meses até agosto de 1998.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram o montante de R\$ 12,6 bilhões no período de janeiro a agosto de 1998, 40% superior ao resultado registrado em igual período de 1997, a preços de agosto de 1998 - ver Tabela 7.1. No que diz respeito ao BNDES, seus desembolsos apresentaram um crescimento real de 35% no acumulado janeiro/agosto de 1998, ante o mesmo período de 1997. Este resultado foi liderado pelo crescimento real de 42% dos desembolsos com as operações diretas. As operações indiretas, por sua vez, registraram uma expansão real de 20% do valor das liberações. O destaque de crescimento ficou, mais uma vez, com a FINAME que apresentou uma expansão real de 84% dos desembolsos no período de janeiro a agosto de 1998, ante igual período de 1997.

Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. O destaque de crescimento ficou, novamente, com o setor de infra-estrutura, cujos desembolsos apresentaram um crescimento real, de 83%, no acumulado janeiro/agosto de 1998, ante igual período do ano anterior. Os desembolsos para o setor de serviços, por sua vez, apresentaram um crescimento real de 50% no acumulado janeiro/agosto, contra igual período de 1997. A indústria de transformação apresentou uma expansão real de 38% dos seus desembolsos no período de janeiro a agosto de 1998, ante o mesmo período de 1997. Finalmente, a agropecuária registrou uma redução real de 8% do valor das liberações de janeiro a agosto de 1998, ante o mesmo período de 1997. No acumulado janeiro/agosto de 1998, as liberações para o setor de infraestrutura apresentaram a maior participação - de cerca de 50% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

		k m	KS milhoc
Itens	1997	1998	Var.%
BNDES	5.999	8.104	35,1
Op.Diretas	4.143	5.869	41,7
Op. Indiretas	1.856	2.236	20,4
FINAME	2.009	3.699	84,2
BNDESpar	990	755	-23,7
Total	8.997	12.558	39,6

Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.

Nota: (1) Acumulado até agosto de cada ano, a preços de agosto de 1998 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2 TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1) DESEMBOLSOS

			Em %		
Meses	AGROP.	2000	INFRA- ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,5	64,6	86,7	21,0	41,5
jul	-11,2	31,7	108,3	36,9	39,3
ago	-8,3	38,3	83,0	50,2	39,6

Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

		E	m R\$ i	milhõe
Setores	1997	1998	Var.%	Part %
				1998
TOTAL	8997	12558	39,6	100,0
A GROP ECUÁRIA	8 0 5	738	-8,3	5,9
IND. DE TRANS FORMAÇÃO	3377	4670	38,3	37,2
METALURGIA	706	526	-25,5	4,2
MECÂNICA	369	674	82,9	5,4
MATERIAL DE TRANSPORTE	280	1268	352,8	10,1
CELULOS E E PAPEL	324	282	-12,9	2,2
QUÍMICA, P., F., PERF., S. E VELAS	279	418	49,9	3,3
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	817	714	-12,6	5,7
OUTRAS	602	787	30,7	6,3
INFRA-ES TRUTURA	3290	6020	83,0	47,9
S ERVIÇOS	7 2 1	1083	50,2	8,6
OUTROS	805	48	-94,0	0,4

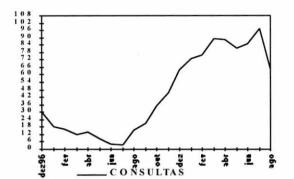
Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.

Nota: (1) Acumulado até agosto de cada ano, a preços de agosto de 1998 - deflator: IGP-DI.

♦Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês vis-à-vis acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)





Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST. Elaboração: AP/DEPEC/GESTE 2.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR. Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

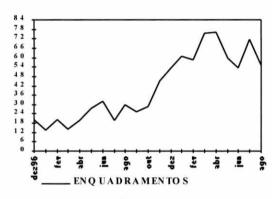


GRÁFICO 7.3

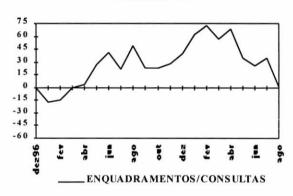


GRÁFICO 7.4

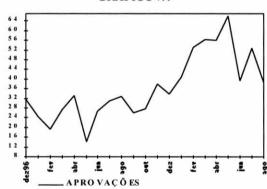


GRÁFICO 7.5

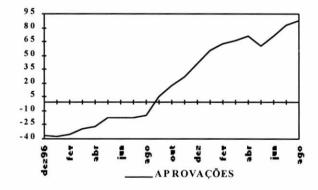


GRÁFICO 7.6

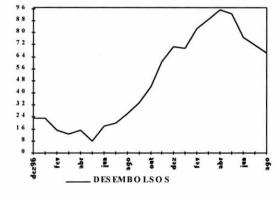
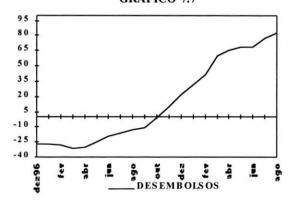


GRÁFICO 7.7



EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

		IGP-M/FG	V	Dólar C	omercial (v	ar.%)(1)		635/87 (2)	
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
set/97	0,74	5,08	8,10	0,49	3,60	7,21	0,67	1,93	5,50
jul	0,09	5,17	6,76	0,60	4,22	7,12	-1,24	0,66	1,98
ago	0,09	5,27	6,55	0,76	5,02	7,33	1,23	1,89	1,37
set	0,48	5,77	6,96	0,44	5,48	7,32	1,78	3,70	4,06
out	0,37	6,16	7,15	0,61	6,12	7,33	1,77	5,53	6,03
nov	0,64	6,84	7,62	0,61	6,77	7,41	-0,54	4,97	4,77
dez	0,84	7,74	7,74	0,59	7,40	7,40	0,38	5,37	5,37
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,30	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

		PIB(1)							FBCF NFSP(3)		P(3)	Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente		
INSTITUIÇÕES	TOT	AL	IND	(2)	A	3R	SE	RV	(%do	PIB)	(%do	PIB)	(US\$bi	lhões)	(US\$ bi	lhões)	(US\$ bi	hões)	(US\$ t	rilhões)
	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999
Banco da Bahia	1,0	1,0	0,8	1-	1,5	1,0	0,9	1,0	20,0	20,5	7,3	4,9	54,2	56,0	60,0	59,0	-5,8	-3,0	-31,1	-26,8
BBA	1,0	-1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	6,6	4,2	55,0	58,0	59,8	57,0	-4,8	1,0	-31,0	-22,0
Citibank	0,5	0,0	-	:-	1=2	- 1			-	-	-	-	56,0	56,1	61,0	56,1	-5,0	0,0	-28,6	-22,0
JP Morgan	-	-	-	-	-	-	4:	-	-	-	2 <u>=</u>		52,7	-	59,2	-	-6,5	-	-33,1	-
LCA Consultores	1,0	-0,5	0,8	-0,9	0,0	0,0	1,2	-0,4	-	-	7,5	7,4	54,3	57,0	59,4	56,0	-5,1	1,0	-32,1	-25,6
MCM	1,0	-	0,8	-	0,8	-	1,2		17,5	-	7,5	-	53,8	-	59,7	-	-5,9	-	-33,0	-
Tendências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,6	-	53,0	+	59,1	-	-6,1	-	-31,1	-
Média	0,9	-0,1	0,8	-0,9	0,8	0,5	1,1	0,3	18,8	20,5	7,1	5,5	54,1	56,8	59,7	57,0	-5,6	-0,3	-31,4	-24,1
Desvio Padrão	0,20	0,74	0,00	0,00	0,61	0,50	0,14	0,70	1,25	0,00	0,40	1,38	1,05	0,81	0,59	1,20	0,59	1,64	1,43	2,14

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

(3) Conceito nominal.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES		IPC-F	TIPE			IGP-M		
	out	nov	dez	1998	out	nov	dez	1998
BBM	0,2	0,7	0,4	-0,1	-		-	-
Citibank	0,2	0,6	0,6	0,2	0,2	0,6	0,6	3,0
Garantia	0,0	0,3	0,4	0,0	0,2	0,3	0,4	2,5
LCA	0,0	0,5	-	0,2	0,2	0,3	- '	1,8
MCM Consultores	0,3	0,2	0,2	-	0,6	0,4	0,3	-
T en dên cias	0,2	-	-	0,1	0,2	0,0	-	2,5
M édia	0,2	0,4	0,4	0,1	0,3	0,3	0,4	2,5
Desvio Padrão	0,11	0,17	0,17	0,10	0,14	0,19	0,11	0,43

ÍNDICES ECONÔMICOS

		Taxa de val	iação dos pre	ços(%)			Taxa	Taxa de (Câm bio-ven	da SP
			1,70	Referencial		R\$/US\$				
m ês	INPC	IP C	IGP-M	IGP-DI	IPA-DI	IP A Ind	de			
		(FIPE)	(FGV)	(FGV)	(FGV)	(FGV)	juros	Com ercial	Com ercial	Paralelo
							(%)	M édia	(1)	(1)
s e t/9 7	0,10	0,01	0,48	0,59	0,92	0,18	0,65	1,09	1,10	1,14
out	0,29	0,22	0,37	0,34	0,41	0,20	0,66	1,10	1,10	1,18
nov	0,15	0,53	0,64	0,83	1,08	0,31	1,53	1,11	1,11	1,17
dez	0,57	0,57	0,84	0,69	0,87	0,10	1,31	1,11	1,12	1,22
Acum .Ano	4,34	4,83	7,74	7,48	7,80	3,13	9,77		-	-
jan/98	0,85	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,54	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,49	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,45	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
m aio	0,72	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,15	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,28	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,49	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setem bro	:•.	-	-0,08	-	-	-0	0,45	1,18	1,19	1,33
Acum.Ano	2,45	-0,60	1,58	0,96	0,09	0,13	5,41	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
set/97	10,67	0,67	1,10	3,47	-0,48	-0,04	0,90
out	-24,11	0,79	1,29	-4,76	3,58	0,24	0,94
nov	3,88	1,39	2,39	-5,75	-1,90	-0,03	1,91
dez	7,63	0,97	1,97	-1,62	3,42	-0,24	1,42
Acum. no ano	34,44	8,17	15,62	-20,66	0,69	-0,29	11,65
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	0,58	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
Acum. no ano	-36,35	8,55	17,20	7,10	9,09	4,56	13,13

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

	CUSTO DO CREDITO (1)											
Mês	TJLP	LIBOR(2)	Capital de Giro	Res. 63(3)	Desconto de	Export	ACC(3)	Repasses do BNDES(6)				
		(6 meses)	pré fixado(2)		duplicata(4)	notes(3)		BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola			
set/97	9,40	5,75	55,50	15,41	4,31	15,46	9,48	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
out	-	5,73	57,62	14,17	4,36	14,45	9,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
nov	-	5,85	84,62	19,53	5,89	18,74	10,47	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
dez	9,89	5,72	74,59	18,96	5,55	16,77	11,29	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
jan/98	-	5,50	78,15	18,05	5,58	16,04	11,02	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
fev	-	5,56	71,64	19,90	5,28	16,31	10,94	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
mar	11,77	5,63	64,25	18,04	4,87	15,32	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
abr	-	5,66	59,28	17,78	4,60	12,10	10,65	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
mai	-	5,69	60,40	17,84	4,52	14,21	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
jun	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			
set (5)	11,68	5,13	66,50	21,92	4,85	20,28	9,88	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5			

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 08/09/98. (6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.